

A EDUCAÇÃO CAPTURADA PELO NEOLIBERALISMO

Adriano Correia³¹

Resumo: Examino neste texto a influência da racionalidade neoliberal na educação contemporânea, enfatizando a centralidade da teoria do capital humano na redefinição das finalidades escolares. Com base nas formulações de Gary Becker e Theodore Schultz, bem como na análise de Michel Foucault em *O nascimento da biopolítica*, argumento que o neoliberalismo concebe o trabalhador como portador de um capital constituído por competências, habilidades e disposições individuais. O sujeito passa a ser compreendido como “empresário de si mesmo”, responsável por investir continuamente em sua própria valorização. Nesse contexto, a educação assume função estratégica na produção e ampliação do capital humano. Diferentemente da tradição republicana, que associava a escola à formação integral, ao desenvolvimento da autonomia crítica e à preparação para a cidadania, a educação passa a ser orientada pela adaptação às demandas do mercado de trabalho. Empregabilidade, flexibilidade e aquisição permanente de competências tornam-se objetivos centrais da formação. Mobilizo ainda as contribuições de Christian Laval para sustentar que a escola neoliberal transforma a educação em bem privado e investimento individual, subordinando o conhecimento às exigências da competitividade econômica. Isto é reforçado pela atuação de organismos internacionais, especialmente a OCDE e o Banco Mundial, cujas recomendações influenciam reformas educacionais baseadas em currículos por competências, avaliações padronizadas e gestão por resultados. Por fim, indico que a Reforma do Ensino Médio é expressão dessa racionalidade, ao privilegiar a formação de sujeitos adaptáveis às exigências do mercado. Concluo que tal orientação enfraquece a concepção da educação como direito social, formação cidadã e instrumento de emancipação intelectual.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Capital humano; Reformas educacionais.

Abstract: In this text, I examine the influence of neoliberal rationality on contemporary education, emphasizing the central role of human capital theory in redefining the purposes of

³¹ Professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Goiás e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: adrianocorreia@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6819-1681>

schooling. Drawing on the work of Gary Becker and Theodore Schultz, as well as Michel Foucault's analysis in *The Birth of Biopolitics*, I argue that neoliberalism conceives of the worker as the bearer of capital consisting of individual competencies, skills, and dispositions. The individual comes to be understood as an "entrepreneur of the self," responsible for continuously investing in their own valorization. In this context, education assumes a strategic role in the production and expansion of human capital. Unlike the republican tradition, which associated school with holistic education, the development of critical autonomy, and preparation for citizenship, education is now oriented toward adaptation to the demands of the labor market. Employability, flexibility, and the continuous acquisition of skills become central objectives of education. I also draw on the contributions of Christian Laval to argue that the neoliberal school transforms education into a private good and an individual investment, subordinating knowledge to the demands of economic competitiveness. This is reinforced by the actions of international organizations, especially the OECD and the World Bank, whose recommendations influence educational reforms based on competency-based curricula, standardized assessments, and results-based management. Finally, I argue that the Secondary Education Reform is an expression of this rationale, as it prioritizes the formation of individuals adaptable to market demands. I conclude that such an orientation undermines the conception of education as a social right, citizen education, and an instrument of intellectual emancipation.

Keywords: Education; Neoliberalism; Human capital; Educational reforms.

Há décadas a concepção neoliberal de educação vem insidiosamente se imiscuindo na organização curricular da educação básica. Este movimento tornou-se mais evidente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), quando se tornou claramente hegemônica a defesa de que formação básica deve visar o desenvolvimento de "habilidades e competências" e, portanto, estar diretamente conectada com o "saber fazer". Não obstante, já é possível entrever a concepção neoliberal de educação na Lei nº 5692, de 1971, que visava abandonar a formação geral, considerada então apenas propedêutica para o ensino superior e "verbalística", em nome de um ensino profissionalizante que tornasse o estudante "um instrumento válido" para o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico do país (BELTRÃO, 2017). Não por acaso, no início da década

de 1970 foram traduzidos para o português alguns livros de proeminentes pensadores neoliberais, como Theodore W. Schultz. Em 1975, manual básico da Escola Superior de Guerra, núcleo ideológico da ditadura civil-militar-empresarial, já mencionava a “acumulação de capital humano” por meio da educação como estratégica para ampliar a produtividade e a mobilidade no mercado de trabalho (BRASIL. ESG, p. 184).

A noção de *capital humano* comporta a ideia de que assim como há os meios de produção, analogamente podemos pensar as habilidades dos trabalhadores também como capital-competência. No prefácio à terceira edição de sua obra *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education* (*Capital humano: uma análise teórica e empírica, com especial referência à educação*, publicada originalmente em 1964), Gary S. Becker, um dos pioneiros na elaboração da teoria do capital humano, lembra quão controversa foi inicialmente conceber as capacidades humanas como um tipo de capital e celebra que na campanha presidencial de 1992 tanto o presidente Clinton quanto o ex-presidente Bush destacaram a importância de aprimorar a educação e as qualificações dos trabalhadores, empregando inclusive a expressão “investimento em capital humano”. Becker observa que a incorporação recorrente do conceito de capital humano ao discurso político representava algo impensável algumas décadas antes. Segundo o autor, a crescente atenção dedicada ao tema na produção acadêmica e nas políticas governamentais evidencia a expansão e legitimação desse campo teórico, que passou de uma posição inicialmente controversa para uma condição de amplo reconhecimento na economia, em diferentes disciplinas e junto ao público em geral (BECKER, 1993, p. xix).

No curso *O nascimento da biopolítica* (1979), Michel Foucault analisou pioneiramente a constituição da racionalidade liberal e sua relevância para compreender as formas modernas de governo da população. Nesse contexto, examinou também as implicações da teoria do capital humano, cujas premissas guardam afinidade com recentes reformas educacionais, especialmente no ensino médio brasileiro. Sua investigação concentra-se na transformação do liberalismo ao longo do século XX, com destaque para o neoliberalismo alemão e estadunidense. Ao analisar este último, Foucault enfatiza a teoria do capital humano desenvolvida por economistas como Gary Becker e Theodore Schultz. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser entendido apenas como dispêndio de tempo e esforço, passando a constituir um investimento realizado pelo próprio trabalhador em suas aptidões, competências

e habilidades. O indivíduo torna-se, assim, simultaneamente trabalhador e investidor, orientando suas ações para a valorização de capacidades demandadas pelo mercado. Embora fatores inatos e ambientais sejam considerados, a ênfase recai sobre os elementos adquiridos, sobretudo por meio da educação (FOUCAULT, 2008, pp. 312ss.).

A formulação neoliberal da teoria do capital humano inicia-se pela reintrodução do trabalho como objeto privilegiado da análise econômica. Em contraste com a economia clássica, que o concebia sobretudo como dispêndio de tempo e de força de trabalho, os neoliberais procuram examinar sua inserção no interior da relação entre capital e produção. Nessa perspectiva, o foco desloca-se para a análise dos recursos mobilizados pelos trabalhadores e para as estratégias mediante as quais esses recursos são empregados na atividade econômica. Trata-se de saber o lugar do trabalho na relação com o capital e a produção, consoante o problema central de

saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar *o trabalho como conduta econômica*, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha (FOUCAULT, 2008, p. 307, grifos meus).

Para os neoliberais, o trabalhador deve ser compreendido simultaneamente como sujeito econômico ativo e como portador de um capital capaz de gerar renda. Nessa perspectiva, o salário corresponde ao rendimento de um capital constituído pelo conjunto de aptidões, competências e disposições físicas e psicológicas do indivíduo. O trabalho deixa, assim, de ser concebido como simples venda da força de trabalho para ser analisado como investimento em um capital incorporado ao próprio trabalhador. Este passa a ser entendido como uma espécie de empresa de si mesmo, que mobiliza e valoriza suas competências com vistas à obtenção de rendimentos futuros (FOUCAULT, 2008, p. 311). Com isso, observa Foucault, o *homo oeconomicus* neoliberal distancia-se da figura clássica do sujeito da troca e da satisfação de necessidades, passando a ser definido como empresário de si, simultaneamente capital, produtor e fonte de sua própria renda.

Nessa perspectiva, o trabalhador aparece como investidor de si mesmo, mobilizando aptidões e competências valorizadas pelo mercado com vistas à ampliação de sua renda. Embora tais capacidades dependam de condições biológicas e ambientais, a teoria do capital humano privilegia os elementos adquiridos, sobretudo por meio de investimentos educacionais que extrapolam o espaço escolar. Nesse quadro, as contribuições de Gary Becker e Theodore

Schultz reforçam a centralidade da formação na produção e valorização do capital humano. Na versão de Becker, enquanto a teoria econômica tradicional coloca no centro máquinas, capital físico, terra e trabalho genericamente concebido (em termos de tempo gasto e força empregada) a teoria do capital humano “coloca as pessoas no centro da economia” (BECKER, EWALD, HARCOURT, 2012, p. 11) e teve implicações importantes no combate às desigualdades por meio do investimento público no “capital humano” (educação, investimento em saúde, formação na empresa, migração) de pessoas desfavorecidas. Quando teve oportunidade de acessar a interpretação de sua obra oferecida por Foucault, Becker afirmou que gostou de algumas intuições e que divergia muito pouco do que leu (BECKER, EWALD, HARCOURT, 2012, p. 3).

A educação passa, assim, a ocupar posição estratégica na racionalidade econômica. Se, na tradição liberal, ela estava associada à formação do juízo autônomo e da participação pública, agora tende a ser concebida como mecanismo de produção contínua de competências ajustadas às exigências do mercado. A formação converte-se em processo permanente de adaptação, orientado pela empregabilidade, pela flexibilidade e pela capacidade de responder às variações do meio. Por essa razão, a educação torna-se um terreno privilegiado das tecnologias de governo. A exigência incessante de aperfeiçoamento e autovalorização contribui para a constituição do “empresário de si mesmo”, figura cuja conduta é continuamente orientada pela lógica da concorrência. Como observa Foucault, trata-se de um sujeito eminentemente governável (FOUCAULT, 2008, p. 369), na medida em que internaliza os imperativos de adaptação e investimento permanente em si. Nesse contexto, a escola é progressivamente atravessada pela racionalidade empresarial, enquanto finalidades culturais, críticas e cidadãs tendem a ser subordinadas às exigências da produção de capital humano.

Na obra *A escola não é uma empresa*, Christian Laval compreende que necessariamente o neoliberalismo implica um ataque ao ensino público. A escola neoliberal corresponde a um modelo educacional que concebe a educação como um bem predominantemente privado, cujo valor principal é econômico. Nessa perspectiva, a formação deixa de ser entendida como direito coletivo à cultura e passa a constituir um investimento individual destinado à valorização futura do capital humano (LAVAL, 2019, p. 17). Tal deslocamento afeta não apenas o significado do conhecimento e das instituições educativas, mas também as próprias relações sociais, agora orientadas pela primazia dos interesses particulares.

Essa transformação está vinculada a mudanças mais amplas do capitalismo contemporâneo. De um lado, a acumulação econômica depende crescentemente da inovação, da produção de conhecimento e da qualificação da força de trabalho. De outro, a expansão da lógica concorrencial impõe a redução dos gastos públicos e a busca de maior rentabilidade dos investimentos educacionais. Nesse contexto, a educação é progressivamente avaliada segundo sua capacidade de produzir capital humano útil às demandas do mercado. As reformas educacionais inspiradas pelo neoliberalismo são impulsionadas simultaneamente pela centralidade econômica do conhecimento e pela intensificação da competição global. Medidas como descentralização administrativa, padronização curricular, novas formas de gestão e profissionalização docente subordinam a escola a objetivos de competitividade.

Diferentemente da concepção republicana, que atribuía à educação a formação do cidadão e a integração social, a escola passa a ser orientada prioritariamente pelas exigências do desempenho econômico e da adaptação ao mercado (LAVAL, 2019, pp. 18-19). Se no início dos anos 2000, quando concebeu esta obra, Laval pôde afirmar que “a escola neoliberal é ainda uma tendência, não uma realidade consumada” (LAVAL, 2019, p. 20), julgo que hoje não é demasiado afirmar que na maioria dos países ocidentais, notadamente os vinculados ou que se organizam para se vincularem à OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), ela predomina largamente. O próprio Laval, no prefácio à edição brasileira de seu livro, escrito quase duas décadas após a edição francesa original, pôde afirmar que o Brasil se encontra na vanguarda da escola neoliberal, em um estágio muito mais avançado que sistemas educacionais europeus, e que “chegou antes do que outros países ao estágio do ‘capitalismo escolar e universitário’, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino” (LAVAL, 2019, p. 13).

Já é notória e bastante documentada a atuação do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na formulação e difusão de políticas educacionais para a educação básica brasileira, com fica bastante claro na reforma do Novo Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017. Esses organismos internacionais exercem influência significativa sobre as políticas educacionais nacionais, articulando-se com governos, fundações empresariais, institutos privados e redes filantrópicas (NASCIMENTO, 2023, p. 141) para promover uma agenda alinhada à racionalidade neoliberal e à teoria do capital humano.

Silva e Pimenta (2024, p. 6) argumentam que a internacionalização da educação não constitui um fenômeno exclusivamente acadêmico ou cultural, mas integra o processo mais amplo de globalização econômica. Nesse contexto, a circulação internacional de ideias, indicadores, tecnologias e modelos de gestão educacional favorece a consolidação de uma agenda transnacional voltada à competitividade econômica, à eficiência gerencial e à formação de competências demandadas pelo mercado de trabalho. O texto identifica três grupos de atores que atuam nesse processo: pesquisadores e intelectuais comprometidos com a educação como bem público; corporações e agentes financeiros interessados na expansão dos mercados educacionais; e redes filantrópicas globais que, sob o discurso dos direitos humanos e da inovação, defendem a incorporação de mecanismos privados na gestão da educação pública (SILVA e PIMENTA, 2024, p. 6).

A OCDE é um dos principais agentes de difusão de padrões globais para a educação. Por meio de programas como o PISA e de documentos como o *Learning Compass 2030*, a organização promove currículos baseados em competências, habilidades socioemocionais (avaliações padronizadas, *accountability* e modelos de gestão inspirados no setor empresarial. Segundo os autores, essas orientações contribuem para a standardização dos sistemas educacionais e para a subordinação dos objetivos educacionais às demandas da economia globalizada. No caso brasileiro, o artigo destaca a convergência entre as recomendações da OCDE, as diretrizes do Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio implementada a partir de 2017 (SILVA e PIMENTA, 2024, p. 11). Os autores ressaltam que o Banco Mundial apoiou financeiramente a reforma por meio de empréstimos e assistência técnica, vinculando desembolsos ao cumprimento de metas e indicadores de desempenho. A instituição defende currículos flexíveis, ampliação do tempo integral, formação por competências, monitoramento de resultados e maior articulação entre educação e mercado de trabalho.

Elementos centrais da Reforma do Ensino Médio – como os itinerários formativos, o projeto de vida, a flexibilização curricular, a valorização das competências socioemocionais e a possibilidade de parcerias com instituições privadas – apresentam forte convergência com as orientações dos organismos internacionais. Essas mudanças reforçam uma concepção de educação orientada pela produção de capital humano e pela adaptação dos estudantes às exigências da competitividade econômica. O Banco Mundial, OCDE e seus parceiros nacionais atuam na consolidação de um modelo educacional orientado pela eficiência, pela

competitividade e pela formação de força de trabalho adaptável às necessidades do mercado, em detrimento da concepção da educação como direito social e bem público.

A escola contemporânea tem suas raízes na tradição republicana consolidada após a Revolução Francesa, inspirada pelo ideal iluminista de emancipação por meio da razão. Herdeira do humanismo, valorizava o patrimônio cultural acumulado, não como instrumento de tutela, mas como condição para a formação autônoma dos indivíduos. Sua finalidade consistia em promover o desenvolvimento integral, articulando acesso à cultura, preparação para o trabalho e formação cidadã, mediante o cultivo da capacidade crítica, do julgamento próprio e da participação no debate público. Esse modelo educacional predominou, apesar de sucessivas crises, ao longo dos últimos dois séculos. Contudo, nas últimas décadas, passou a enfrentar uma concepção de educação que lhe é antagônica, impulsionada por agentes políticos e econômicos de grande influência e distante dos princípios republicanos que orientaram sua constituição.

No livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT & LAVAL, 2016), os autores descrevem o tipo de subjetividade que a lógica busca construir sistematicamente no indivíduo, promovendo um trabalho contínuo de autotransformação.

ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma” (DARDOT & LAVAL, 2016, pp. 330-331).

A economia, diz Foucault, passa a ser “a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 307) e se confunde progressivamente com a psicologia e a ética. Não por acaso o ensino de humanidades, como o de filosofia, está sempre em risco de ser excluído do currículo escolar ou de ser incluído apenas como linha secundária para a aquisição de habilidades e competências de leitura, raciocínio e projeto de vida, por exemplo. É o que se pode constatar na Reforma do Ensino Médio e no Novíssimo Ensino Médio (2024) – este último garantindo mais espaço para a disciplina de filosofia, mas sem romper com a lógica neoliberal da formação para a conformação ao mercado de trabalho.

Em *O nascimento da biopolítica* Foucault lembra que para Hayek era necessário conceber “utopias liberais” e conceber um liberalismo que seja “um pensamento vivo”, concebido “como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação” (FOUCAULT, 2008, pp. 301-302). A utopia neoliberal é a de uma sociedade composta por unidades-empresa, por indivíduos que são empresários de si mesmos, empreendedores de uma vida inovadora no âmbito do que permite o mercado. O empreendedor aceita a realidade do mercado e só conhece a liberdade como obediência a suas presumidas leis.

Anos antes desse curso, em *História da sexualidade I – A vontade de saber*, Foucault oferece uma visão ampliada do que está em jogo aqui, com a qual concluiu esse texto. Ele observa que foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, garantido por meio

da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Referências bibliográficas

- BELTRÃO, Tatiana. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. *Agência Senado*. Brasília, 03/03/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>
- BRASIL. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1975.
- BECKER, Gary S. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- BECKER, Gary S., EWALD, François & HARCOURT, Bernard E. “Becker on Ewald on Foucault on Becker American Neoliberalism and Michel Foucault’s 1979 ‘Birth of Biopolitics’ Lectures”. *Coase-Sandor Institute for Law & Economics Working Paper*, No. 614, 2012.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. São Paulo: Boitempo, 2019.

NASCIMENTO, Christian L. L. *A presença da filosofia no Novo Ensino Médio*. Maceió: Café com Sociologia, 2023.

SILVA, Maria A. e PIMENTA, Alexandre Marinho. “Banco Mundial e OCDE como profetas de internacionalização da Educação Básica”. *Revista Educação e Políticas em Debate*. V. 13, n. 2, p. 1-19, mai./ago. 2024.